

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 174

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 30 DE NOVEMBRO DE 2000

ANO XXVI

## Mesa Diretora

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Valdir Rossoni
Líder Oposição .....	Orlando Pessuti
PTB.....	Ademar Traiano
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PMDB.....	Nereu Moura
PPB.....	Tony Garcia
PT.....	Hermes Fonseca
PDT.....	Edgar Bueno
PSDB.....	Sérgio Spada
PL.....	Pastor Edson Praczyk
PSL.....	Edno Guimarães
PST.....	Divanir Braz Palma

## Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni (licenciado) - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 01: Ricardo Maia; PSC - 01: Miltoninho Pupio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 127ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
30 DE NOVEMBRO DE 2000**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Antonio Carlos Belinati.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moisés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 2346

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo: votos de pesar, aos familiares do doutor Augusto Prolik, falecido nesta capital.

O eminente advogado doutor Augusto Prolik, formado em 1955, foi um dos fundadores do Instituto de Direito Tributário do Estado do Paraná, 1967, ex-conselheiro da Secção Paraná da OAB e membro de outras importantes entidades. Há mais de 30 anos, publicava a coluna Atualidades Fiscais na Gazeta do Povo, além de estudos, artigos e livros na área de Direito.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos familiares do mesmo, à Rua Júlia Pernetta, 700, Mercês, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 30.11.2000.

(a) CESAR SELEME

### REQUERIMENTO Nº 2343

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao prefeito municipal senhor Lauro Lourenço Ruths, com votos de congratulações, pela passagem do 54º aniversário do município de Laranjeiras do Sul, dia 30 de novembro do ano em curso.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dada ciência também aos vereadores para que em nome do Poder Legislativo, recebam os cumprimentos toda a população de Laranjeiras do Sul.

Sala das Sessões, em 30.11.2000.

(a) NEREU MOURA

### JUSTIFICATIVA:

O atual município de Laranjeiras do Sul, até o ano de 1848 era um imenso sertão, habitado somente por tribos indígenas.

Longos anos se passaram e em 1924 a revolução trouxe desagradáveis situações para a população de Laranjeiras do Sul que tiveram que conviver com o verdadeiro clima de guerra que se instalou na região por conta dos combates entre as tropas de Luiz Carlos Prestes e as tropas legalistas.

Indubitavelmente uma das fases mais marcantes da história de Laranjeiras do Sul aconteceu no ano de 1943, pois dia 13 de setembro deste mesmo ano, o município foi reconhecido, por Decreto Federal, como Território Federal do Iguaçu. O território foi criado com vistas a abrigar o excedente da mão de obra gaúcha e fazia parte da campanha getulista “Marcha Para o Oeste”. Ainda em 1943, mais precisamente no dia 21 de setembro, Laranjeiras do Sul foi elevada à categoria de capital do Território Federal do Iguaçu.

Este relato mostra de forma clara, real e cristalina que Laranjeiras do Sul faz parte intrínseca da história do Paraná, e porque não, do Brasil.

Mas, não é só do passado que vive este pujante município venceu obstáculos e as barreiras que muitas

vezes pareciam intransponíveis, e hoje, é um grande orgulho para a nação paranaense.

Dificuldades sempre existiram e sempre existirão. E nos momentos em que os municípios atravessarem dificuldades, podem obter em Laranjeiras do Sul o espelho de medidas e inovações capazes de dar iniciativas e idéias para se sobreporem à crise.

Em 1946 foi extinto o Território Federal do Iguaçu e Laranjeiras retorna à jurisdição paranaense. Em 21 de novembro de 1946, através do Decreto Lei Estadual nº 533, sancionada pelo Interventor Mário Gomes da Silva, foi criado o município de Laranjeiras do Sul, cuja instalação oficial deu-se no dia 30 de novembro de 1946.

Assim, diante da breve viagem que fizemos ao passado de Laranjeiras do Sul, podemos de forma categórica afirmar que dia 30 de novembro é uma data importante para Laranjeiras do Sul, para o Paraná e para o Brasil.

#### REQUERIMENTO Nº 2344

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado votos de congratulações aos diretores, associados e funcionários da Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda - COAMO, pela comemoração do seu trigésimo ano de fundação, ocorrido no dia 28 de novembro.

Sala das Sessões, em 30.11.2000.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda - COAMO, foi fundada no dia 28 de novembro de 1970, por setenta e oito produtores tendo como sede a cidade de Campo Mourão.

Nesses 30 anos de sua constituição, a COAMO transformou-se na maior Cooperativa da América do Sul, com aproximadamente 17.000 associados e um faturamento (99), superior a um bilhão e duzentos milhões de reais.

Mais importante que os números e dados apresentados, ressalta-se a contribuição dessa Cooperativa para o desenvolvimento social e econômico dos produtores de dezenas de municípios nos Estados do Paraná e de Santa Catarina, que nela tem encontrado uma parceria capaz de proporcionar uma interação, perfeita para o crescimento da empresa, dos produtores e de seus funcionários.

#### REQUERIMENTO Nº 2349

Senhor Presidente.

O deputado estadual que firma este documento, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, o encaminhamento das congratulações deste Poder, ao senhor Dante Roque Tonezer pela sua posse de presidente da Junta Diretiva da Câmara Junior do Estado do Paraná, a qual ocorreu no último sábado, na cidade de Marechal Cândido Rondon.

Somam-se aos cumprimentos pela posse, os augúrios de uma feliz e profícua gestão, cuja manifestação também é extensiva aos seus companheiros de diretoria.

Caso aprovado o que se propõe, solicita-se que seja dado ciência ao homenageado, encaminhando correspondência para o endereço: Rua Costa e Silva, 1633 - Caixa Postal 22 - Marechal Cândido Rondon - PR - 85960-000.

Sala das Sessões, em 30.11.2000.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 2350

Senhor Presidente.

O deputado estadual que firma este documento, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, o encaminhamento das congratulações deste Poder, ao jovem Wilian Giacobbo, pela sua posse de presidente da Junta Diretiva da Câmara Junior do Estado do Paraná, a qual ocorreu no último sábado, na cidade de Marechal Cândido Rondon.

Somam-se aos cumprimentos pela posse, os augúrios de uma feliz e profícua gestão, cuja manifestação também é extensiva aos seus companheiros de diretoria.

Caso aprovado o que se propõe, solicita-se que seja dado ciência ao homenageado, encaminhando correspondência para o endereço: Rua Costa e Silva, 1633 Caixa Postal 22 - Marechal Cândido Rondon - PR - 85960-000.

Sala das Sessões, em 30.11.2000.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 2348

Senhor Presidente.

O deputado Estadual que firma este documento, usando de suas prerrogativas regimentais, requer, após a anuência do Plenário, o encaminhamento das congratulações deste Poder, a senhora Cremilde Andreoli, pela sua posse de presidente do clube do senado da Câmara Júnior do Estado do Paraná, a qual ocorreu no último sábado, na cidade de Marechal Cândido Rondon.

Somam-se aos cumprimentos pela posse, os augúrios de uma feliz e profícua gestão, cuja manifestação também é extensiva aos seus companheiros de diretoria.

Caso aprovado o que se propõe, solicita-se que seja dado ciência ao homenageado, encaminhando correspondência para o endereço: Rua Presidente Costa e Silva, 1633 - Caixa Postal 22 - Marechal Cândido Rondon - PR - 85960.000.

Sala das Sessões, em 30.11.2000.

(a) ÉLIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 2351

Senhor Presidente.

O deputado estadual que firma este documento, usando de suas prerrogativas regimentais, requer, após a anuência do Plenário, o encaminhamento das congratulações deste Poder, ao jovem Eduardo Rodrigues da Silva de Oliveira, pela sua posse de presidente da Câmara Juvenil de Marechal Cândido Rondon, a qual ocorreu no último sábado, na cidade de Marechal Cândido Rondon.

Somam-se aos cumprimentos pela posse, os augúrios de uma feliz e profícua gestão, cuja manifestação também é extensiva aos seus companheiros de diretoria.

Caso aprovado o que se propõe, solicita-se que seja dado ciência ao homenageado, encaminhando correspondência para o endereço: Rua Presidente Costa e Silva, 1633 - Caixa Postal 22 - Marechal Cândido Rondon - Paraná - 85960.000.

Sala das Sessões, em 30.11.2000.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 2352

Senhor Presidente.

O deputado estadual que firma este documento, usando de suas prerrogativas regimentais, requer, após a anuência do Plenário, o encaminhamento das congratulações deste Poder, a senhora Eli Margarida de Azeredo Coutinho Roehrs, pela sua posse no cargo de presidente da Câmara Júnior de Marechal Cândido Rondon, a qual ocorreu no último sábado, na cidade de Marechal Cândido Rondon.

Somam-se aos cumprimentos pela posse, os augúrios de uma feliz e profícua gestão, cuja manifestação também é extensiva aos seus companheiros de diretoria.

Caso aprovado o que se propõe, solicita-se que seja dado ciência ao homenageado, encaminhando correspondência para o endereço: Rua Presidente Costa e Silva, 1633 - Caixa Postal 22 - Marechal Cândido Rondon - Paraná - 85960.000.

Sala das Sessões, em 30.11.2000.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 2353

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da presente sessão, votos de congratulações, parabenizando o senhor José Gil de Almeida que no dia 24 de novembro do corrente ano, foi eleito presidente da Rede Ambientalista Sudamericana -RAS, para o exercício de dezembro de 2000/dezembro de 2001.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao presidente da Rede Ambientalista Sudamericana-RAS, senhor José Gil de Almeida, sendo que a correspondência deverá ser enviada a Caixa Postal nº 15.023 - Curitiba-PR, CEP 80.531-970.

Sala das Sessões, em 30.11.2000.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 2354

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da presente sessão, votos de congratulações, parabenizando a população do município de São Miguel do Iguaçu, em especial ao prefeito municipal senhor Armando Luiz Polita, e ao presidente da Câmara Municipal senhor Rosari Luiz Bedin, pelas inaugurações de relevantes obras e eventos que estão sendo realizados nos meses de novembro e dezembro do corrente.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao prefeito municipal, senhor Armando Luiz Polita e ao presidente da Câmara Municipal, senhor Rosari Luiz Bedin, sendo que as correspondências deverão ser enviadas a Prefeitura Municipal e a Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 30.11.2000.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 2347

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, da Mesa Executiva, providências, no sentido de encaminhar ao requerente, cópia de ofício do secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, senhor Hitoshi Nakamura, encaminhando informações relativas ao requerimento de Pedido de Informação aprovado por esta Casa no dia 07 de agosto de 2000, conforme anexo.

Requer ainda que seja encaminhado cópia de protocolo de entrada da documentação nesta Assembléia, referente ao pedido acima.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 30.11.2000.

(a) NEREU MOURA

### Projeto de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 410/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública do Estado a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de Pinheiral de Baixo - Ensino de 1º grau, com sede e foro no município de Palmeira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de Pinheiral de Baixo, é um órgão de representação dos pais e alunos e professores do estabelecimento, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros, de acordo com seu Estatuto.

A Associação representa ao reais interesses da comunidade e dos pais de alunos junto à escola, contribuindo dessa forma para a melhoria do ensino e da melhor adequação dos planos curriculares.

A APM mobiliza recursos humanos, materiais e financeiros da comunidade, para atender aos educandos, quanto tiverem sido esgotadas todas as outras fontes de recursos competentes, além de fornecer aos alunos comprovadamente carentes, recursos, material e vestuário, assim como facilidade de transporte.

Apesar das várias dificuldades encontradas pela APM, esta nunca suspendeu suas atividades dando sempre a atenção necessária aos alunos, pais, professores e a toda comunidade. Frente a estes fatos, segue em anexo a documentação da referida Associação de Pais e Mestres, e faz-se a solicitação de declaração de Utilidade Pública estadual.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Nereu Moura.

#### O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente e senhores deputados. É Natal, é Natal, falou o colunista Fábio Campana. O presente que o governador Jaime Lerner dá ao povo do Paraná é o aumento do pedágio. Para os automóveis o aumento é de 16%, para os caminhões, o aumento é de 22,67%. Uma verdadeira afronta aos interesses do povo do Paraná.

É Natal, senhor presidente. É o final do ano. Quando na verdade as famílias do Brasil e do Paraná se reúnem para comemorar, para festejar mais um ano vivido. Agora, aqui no nosso Estado, o governador Jaime Lerner dá um presente terrível e perverso ao povo do nosso Estado.

No mês de março deste ano, há 8 meses atrás, o povo do Paraná já tinha sido brindado com o aumento de 116% para automóveis e 78% para os caminhões. Passaram-se apenas oito meses, e o governador do pedágio concede mais um aumento abusivo, tendo em vista a inflação do período, chegando a 17% para automóveis e 22,68% para os caminhões!

Senhor presidente, não dá para aceitar calado! Não dá para aceitar omissos que atitudes perversas como esta que o Palácio Iguaçu brinda o povo do Paraná, possam estar acontecendo, se verificando no nosso Estado, sem que façamos alguma coisa.

Se não bastasse o aumento dos combustíveis, sem a passada, de 12%, se não bastasse o projeto de lei do IPVA, que o governador mandou para esta Casa, buscando arrecadar a gota de sangue e de suor do nosso povo paranaense. Se não bastasse todas as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia, ainda vem, mais uma vez, com esta triste estória do pedágio, que o povo do Paraná já repudiou.

Aliás, o pedágio é uma verdadeira novela no nosso Estado, porque serviu para dar a eleição ao governador, quando num ato de fraude, senhor presidente, reduziu o preço do pedágio para se reeleger nas eleições de 98. Depois, concedendo um aumento com juros sobre juros e correção monetária, fazendo com que o preço do pedágio do Paraná se tornasse um dos mais caros do mundo. E imaginávamos que as empreiteiras e as concessionárias tivessem sido abastecidas no seu infinito desejo de aumento. Mas, estávamos enganados. Para comemorarmos o final deste milênio, para comemorarmos o final deste século, o governador, sem piedade e sem dó, coloca nos ombros do povo do Paraná, do agricultor, do caminhoneiro, do dono do veículo, mais um peso para a população-suporte, aumentando indevidamente este pedágio injustificado, senhor presidente! Injustificável! Basta andar nas rodovias do Paraná para perceber que o pedágio não justifica qualquer tipo de aumento. As rodovias estão mal conservadas. As rodovias estão em precárias condições de uso. As rodovias não receberam benefícios e melhoramentos.

Ontem, o diretor-geral do DER, Paulino Dalma, veio à imprensa para dizer que três concessionárias foram multadas por não cumprirem o contrato. O próprio governo admite que não foi feito nada nas rodovias. E no mesmo ato, paradoxalmente, concede um aumento. Um aumento terrível ao povo do Paraná! Quer dizer, não faz o serviço, mas concede-se aumento. O próprio governo diz, quando multa as concessionárias. Três concessionárias foram multadas, conforme esclarecimentos fornecidos pelo DER.

Ora! se não cumprem o contrato, por que dar aumento? O que é que existe por debaixo dos panos? Se o governo aplica a multa porque as concessionárias não fizeram o dever de casa, então mereciam aumento de qualquer tipo, de qualquer espécie, de qualquer natureza. Mas, trata-se de um governo impiedoso, insensível.

#### (Usa do horário destinado ao PMDB)

De forma, senhor presidente, queremos aqui, mais uma vez, reiterando o nosso manifesto de tristeza, de indignação, o nosso grito triste, que não é nosso, é do povo do Paraná, é dos caminhoneiros, dos agricultores, da economia que leva este Estado nos braços, nos ombros, na mão calejada, é o grito sofrido que vem da roça, do interior do Estado e da Capital.

O governo Jaime Lerner deveria ter mais sensibilidade para tratar dos problemas do nosso Paraná. Deveria olhar o povo do Paraná com olhos de compaixão, com olhos de pai, a um povo que produz, que trabalha, um

povo que derrama seu suor, um povo que luta, que não encontra a guarida devida de um governo insensível, de um governo que não olha os interesses da população do nosso Estado.

E aí, o que é que o povo tem que comemorar no final do ano, ao final do milênio, no final do século? As coisas que acontecem como se fosse numa cascata, todos os dias, todas as horas sobrecarregando sua vida, fazendo com que as pessoas tenham cada vez mais dificuldades para sobreviver.

A Folha de São Paulo publicou no dia de hoje um estudo da Confederação Nacional dos Transportes, CNT, uma pesquisa realizada, aonde fica observado que a conservação das estradas do País piorou, inclusive nos trechos privativos. Não só, senhor presidente aonde o governo não cuida da estrada, aonde o governo não usa o IPVA, não usa dos recursos para dar uma condição, uma qualidade boa de vida ao povo, mas lá onde o povo paga para ter uma estrada boa, ali o estado das rodovias piorou, segundo levantamento da Confederação Nacional dos Transportes.

As estradas o Paraná estão esburacadas. Ouvi, aqui, na semana que passou, diversos deputados relatando o problema terrível e precário de rodovias que cortam o nosso Estado.

Poderia, senhor presidente, vir aqui e citar o nome de vinte, trinta rodovias que cortam a minha região e que hoje, pessimamente, oferecem condições de tráfego. Mas, isto é um problema até pequeno, tendo como base, tendo em vista o problema do pedágio.

E nós, agora, com as assinaturas do PSDB, que já assinou a CPI do pedágio, nós, da Oposição, em reunião que deliberamos, vamos colocar as nossas catorze assinaturas num documento que terá vinte assinaturas e protocolaremos nesta Casa o pedido de CPI para investigar esse caso, para nós um caso gravíssimo, que é, na verdade, a privatização das rodovias do Paraná.

Temos estudos, levantamentos que provam o superfaturamento das obras, temos, senhor presidente, uma consciência absoluta fundada em dados, em números que o governo agiu com má-fé que o governo agiu para privilegiar empresas, para privilegiar companhias em detrimento do povo do Paraná.

Por isso, as nossas assinaturas serão dadas à CPI proposta pelo PSDB. Iremos abrir mão daquele requerimento que já vai completar dois anos dia 18 de março. Estávamos até preparando a segunda festa da CPI do pedágio.

Mas, agora, com as assinaturas, iremos, até que enfim, desencantar esse pedido e colocar em pratos limpos tudo o que ocorreu por baixo dessa grande tramóia que foi feita no governo Jaime Lerner, que foi a privatização das rodovias, resultando, hoje, no aumento do pedágio para o nosso povo, para os caminhoneiros, para os viajantes, para os donos de automóveis e para os agricultores.

Vamos passar o Paraná a limpo, se Deus quiser. Haveremos de punir àqueles que agiram com má-fé e não olharam os interesses do povo do Paraná.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente. Com a palavra o deputado Algaci Tulio.

**O SR. ALGACI TULIO**

Senhor presidente, senhores deputados.

O grito de alerta em relação aos aumentos: aumento de pedágio aumento de IPVA, não pode ficar restrito somente à Oposição desta Casa.

Já fizemos a nossa colocação aqui em sessões anteriores, em relação à questão do pedágio, em relação à questão do IPVA e não dá para aceitar, com todo o respeito ao governador Jaime Lerner, não acredito em má-fé, posso até acreditar em má-orientação, na orientação de tecnocratas que não têm nenhuma sensibilidade política e que acabam dando as cartas para que o governador depois jogue. E aí vem, lamentavelmente, o desgaste do governo e desgaste que também sobre a sua Bancada Governista nesta Casa.

Temos acompanhado, senhor presidente, senhores deputados, toda essa situação.

É necessário que se dê um grito de basta da nossa Bancada Governista, que haja sensibilidade por parte do governo do Estado nas mensagens que encaminha para a Assembleia Legislativa, que chame sua Bancada, que converse com seus deputados. Tenho aqui uma mensagem, devo encaminhar para a Assembleia, antes, porém, quero ouvir a opinião dos meus deputados, daqueles que me dão sustentação nesta Casa e infelizmente isto não acontece. E daí a imprensa dá a notícia antes que os parlamentares da Bancada Governista, que deveriam ser os primeiros a saber o que vem para a Assembleia. Só sabemos das coisas porque a imprensa divulga.

Então, senhor presidente tenho me preocupado além da minha função como parlamentar - não estou aqui fazendo nenhum ato de rebeldia, porque a minha rebeldia já é natural da minha forma de ser, mas não estou fazendo nenhum gesto de rebeldia ao governo do Estado, mas preciso e tenho que colocar aqui também aqui a minha posição - eu sou um homem de comunicação há mais de 40 anos, um crítico, e portanto não posso me calar diante de alguns abusos, de alguns erros cometidos pelo governo do Estado. E vou me ater mais ao IPVA, porque a questão do pedágio também não consigo entender, deputado Valdir Rossoni, o governo privatiza as rodovias e fica com o ônus de ele estar dizendo qual é o percentual de pagamento do pedágio.

Tivesse o governador já criado o conselho de mutuários, este conselho se reuniria, estudaria as planilhas, definiria o valor da tabela do pedágio. Aí fica o governo pagando um ônus quando ele já passou a rodovia para a privatização, para a atividade particular.,

Lembro-me quando era vice-prefeito, quando assumi a prefeitura, mas muito mais quando na função de vice-prefeito, lembro-me até que o vereador, se não me engano, Ângelo Vanhoni, na época, fazia parte do Conselho Municipal do Transporte Coletivo de Curitiba, quando havia a expectativa do aumento na passagem em Curitiba. O que acontecia? Este conselho se reunia, analisava as planilhas, me lembro até que o jornalista Luiz Geraldo Mazza fazia parte deste conselho e estudávamos, analisávamos, o conselho tirava uma posição, não pode ser um real, tem que ser oitenta centavos, não pode ser cinquenta centavos, ficava meio que no intermediário e a coisa ficava certa.

Agora o governo se desfaz das rodovias, assume um pepino que não era dele, que era do governo federal, privatiza as rodovias e fica com o ônus de fazer a tabela e anunciar o valor do pedágio. Não entendo isto. Honestamente gostaria de entender como é que funciona esta matemática, esta maneira de atuação do governo do Estado. Por que é que as concessionárias, o conselho que elas devem ter e com o conselho de usuários, não discute com eles e anunciam eles? Por que é que o governo tem que ter este ônus? Honestamente espero que o novo secretário dos Transportes, deputado Nelson Justus, realmente vai ter esta incumbência um tanto quanto difícil, mas tenho certeza que vai rever toda esta situação.

Em relação ao IPVA, senhores parlamentares, também acho que tivemos já no ano passado, discutimos bastante a questão, melhoramos a proposta original encaminhada pelo governador e mesmo assim foi pesada para o proprietário de veículos, tanto é verdade que não deu certo a aplicação do IPVA do ano passado que esta Assembléia aprovou um projeto de lei do deputado Luiz Carlos Martins parcelando os pagamentos do IPVA, porque á sinal de que o cidadão não conseguiu pagar em dia. Agora vem janeiro, o cidadão sai de uma festa de Natal, sai de uma festa de Ano Novo, entra o mês de janeiro ele tem que pagar a matrícula do filho, tem que comprar o material escolar, comprar uniforme, tem que pagar o IPTU para poder usufruir do desconto, aí tem que pagar IPVA e vem outros pagamentos a mais que não há bolso que agüente.

Então, é preciso rever. Já contratei um tributarista para fazer um parecer, para eu propor emendas e mudanças aqui. Por exemplo, por que não voltar ao número da placa do veículo para se fazer o pagamento do IPVA? Por quê mudamos isso? Vamos rever porque fizemos essa mudança. Por que diminuir de quatro, para três, se quatro parcelas já era difícil?

Uma série de levantamentos que fiz, aqui voltou o índice de correção monetária da UFIR, pela fator de conversão e atualização monetária. Muito bem, é uma lei federal, tudo ok! a UFIR foi extinta no dia 26. A Lei 11.280, do IPVA, previa no seu artigo 20, que se a UFIR fosse extinta, um outro índice de atualização deveria ser adotado: ou unidade utilizada pela União ou outro que

preservasse adequadamente o valor da moeda. Segundo, o número de parcelas foi alterado de quatro, a partir do mês de fevereiro de 2001 fevereiro, março e abril, sem desconto, é uma paulada também. Mudou o valor do desconto para pagamento em parcela única. No ano passado havia um desconto de 15%, para pagamento à vista, até o final de janeiro; 05%, para pagamento à vista, até o final de fevereiro. Esse ano, o desconto é só para pagamento até o final de janeiro de 2001 e é de 12%. Mudou a data de atualização de créditos tributários, de exercícios anteriores.

Por isso, quero dizer a todos que vou preparar todo um parecer, algumas emendas, para melhorar. Porque do jeito que está, originalmente, é melhor deixar a do ano passado, que prevaleça para o ano que vem também. Porque do jeito que está, é impossível arcarmos com mais impopularidade ainda perante a opinião pública, senhor presidente, senhores deputados.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência, com satisfação, anuncia a presença do ex-deputado Luiz Claudio Romanelli, que é sempre muito bem-vindo à nossa Casa.

Horário das Lideranças: PL; PST; PSL; PDT; PT; PPB; PFL; PSDB; PTB; Liderança do Governo.

Na Liderança da Oposição, com a palavra, o deputado Orlando Pessuti.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados. Na última sexta-feira, tivemos nas proximidades do Imbaú, um acidente automobilístico, que vitimou o prefeito de Marumbi, Ademar Pini, que, no linguajar comum dos italianos, é meu contraparente - o primo dele, Pedro Pini, é meu primo, porque casou com a minha prima Sandra Pessuti. Sem sombra de dúvidas, não só a sua morte, como do seu assessor, como de uma terceira pessoa envolvida nesse acidente, traz a nós a reflexão para esse momento em que estamos vivendo, de final de ano, no mês de novembro e dezembro, onde vemos o governo federal anunciar aumento dos combustíveis, do pedágio e, com muito espanto, também recebemos na Assembléia Legislativa, mensagem transformada no Projeto nº 399/2000 que aumenta o IPVA para os veículos particulares, de passeio e também para os veículos de transporte de carga.

Disse bem o deputado Nereu Moura, que nos antecedeu, nessa tribuna e o deputado Algaci Tulio, que da tribuna situacionista também se manifestou, o governo não tem nenhuma justificativa, para neste momento em que assistimos o aumento do pedágio, dos combustíveis e lubrificantes, que venhamos a concordar com o aumento do IPVA. E que nós, deputados estaduais, que estamos a toda hora e a todo instante pela rodovias do nosso Estado, que a toda hora e a todo instante estamos reunidos com proprietários de veículos, não poderíamos de forma alguma, sermos co-autores desta triste façanha, que é a

votação do aumento do IPVA proposto pelo governador do Estado.

Senhor presidente, a estas três coisas, aumento do IPVA, aumento de combustíveis, aumento de pedágio, soma-se um outro aumento, que é o aumento do risco de se trafegar pelas rodovias do Estado por causa do aumento dos buracos e da destruição das rodovias estaduais. Até mesmo nas rodovias pedagiadas, onde não aparecem os buracos no leito destas pistas, você encontra as famosas costelas de vaca, como são chamadas, a pista toda ondulada, que faz que num dia como hoje, de chuva, sair numa viagem como vamos sair daqui a pouco, e dezenas de deputados também vão para o interior, visitar os seus municípios, se transforme numa operação de alto risco, porque com estas ondulações, com chuva, o risco de aquaplanagem fica muito fortalecido, permitindo, a qualquer momento, a possibilidade de um acidente nas rodovias do nosso Estado, como aconteceu na sexta-feira da semana passada como o prefeito Ademar, que rodou na pista, com seu veículo e foi dar de encontro com e veículo que vinha em sentido contrário.

Se as concessionárias do pedágio tivessem duplicado esta rodovia, certamente este acidente não seria fatal, poderia não ser fatal vamos usar este termo, porque afinal de contas todas as informações que nos chegaram dão conta que a fatalidade ocorreu por causa do choque com o outro veículo. Talvez se ele apenas rodasse na pista, talvez se apenas capotasse, pudesse ele ainda estar com vida, conduzindo os destinos do seu município até 31 de dezembro, e iniciando um novo período de quatro anos como prefeito daquela cidade, já que tinha sido reeleito.

Por essa razão, nós, da Bancada de Oposição, em reunião na tarde de ontem, já nos decidimos em apresentar duas emendas, uma permitindo que o pagamento feito em janeiro, em cota única, seja feito com desconto de 20%. Outra, permanecendo o pagamento no mês de fevereiro, em cota única, que seja ele feito com desconto de 15%. E a outra emenda, que estaremos apresentando, é a proposta que o pagamento parcelado se processe a partir do mês de fevereiro em seis parcelas: fevereiro, março, abril, maio, junho e julho, permitindo a todos uma programação melhor das suas finanças. Somos sabedores que no mês de dezembro temos os encargos do 13º, temos os encargos das férias e muitas vezes estes encargos são transferidos para o mês de janeiro, pelas empresas, na forma de empréstimos que são contraídos em dezembro e são pagos apenas em janeiro.

No mês de janeiro, para a sociedade em geral é o mês das matrículas, pagamento de matrículas, compra de material didático, pagamento do IPTU, pagamento das contribuições sindicais e associativas, o que faz com que todos estejam com as finanças abaladas. Por esta razão entendemos que deveremos dar ao contribuinte a possibilidade de pagar, no mês de fevereiro, cota única, com 15%, ou a partir de fevereiro iniciar o pagamento do

IPVA parcelado em seis vezes, o que certamente facilitará a vida do contribuinte.

Mas de forma alguma poderemos nós, da Oposição ou do Governo, nesta Casa, nos somarmos a estas iniciativas, que são pesadas, que são nefastas contra a vida do transportador e contra a vida dos proprietários de veículos que é o aumento dos combustíveis, pelo governo federal, o aumento do pedágio pelo governo do Estado do Paraná e que é o aumento agora também do IPVA, por parte do governo. Não concordamos com isso! Vamos nós, deputados estaduais fazer a nossa parte e impedir que, mais uma vez o contribuinte seja penalizado!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 026/00, de autoria do deputado Ademar Traiano e outros, que altera a redação do Artigo 7º da Resolução nº 159/90 - Regimento Interno desta Casa. **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 026/00 A assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º - Os Artigos 5º, 6º, 7º e 8º da Resolução nº 159/90, passam a vigorar conforme redação a seguir:

Art. 5º - Na segunda Sessão Preparatória da primeira Sessão Legislativa, às quinze horas do dia dois de fevereiro, sempre que possível, sob a direção da Mesa da Sessão anterior, realizar-se-á a eleição simultânea do presidente, dos três vice-presidentes e dos cinco secretários.

§ 1º - A eleição do presidente importará à dos vice-presidentes e dos secretários, com ele inscritos para composição da mesa.

§ 2º - Depois de proclamar os eleitos, o presidente das primeiras sessões dará por finda a sua incumbência.



Art. 6º - Os membros da Mesa terão um mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

Parágrafo Único - Não se considera recondução a eleição para o mesmo cargo em legislaturas diferentes, ainda que sucessivas.

Art. 7º - Proceder-se-á a eleição da Mesa Executiva para a terceira e quarta sessões legislativas da mesma Legislatura, no período de 1º a 15 de dezembro do segundo ano de cada legislatura, sob a presidência da Mesa Executiva, em dia e hora determinados pelo presidente.

§ 1º - Havendo quórum, realizar-se-á a eleição simultânea dos membros da Mesa.

§ 2º - A eleição do presidente, importará à dos vice-presidentes e a dos secretários, com ele inscritos para composição da mesa.

§ 3º - A Mesa Executiva eleita, nos termos deste artigo, tomará posse no dia 15 de fevereiro do terceiro ano de cada legislatura.

Art. 8º -.....

I -.....

II - cédulas impressas ou datilografadas contendo, cada uma, somente os nomes dos candidatos e os cargos aos quais concorrem, respectivamente.

III -.....

IV -.....

V -.....

VI -.....

VII -.....

VIII -.....

IX -.....

X -.....

XI - realização de segundo escrutínio, com as duas composições de candidatos à Mesa Executiva, mais votadas, quando no primeiro, não se alcançar maioria absoluta.

XII - eleição da composição de candidatos à Mesa Executiva à qual pertencer o candidato a presidente mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 28.11.2000.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

## ITEM 02

3ª - DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/00, de autoria do deputado Antonio Baratter, que autoriza o Poder Executivo a transformar o Hospital Regional de Cascavel em Hospital Universitário do Oeste do Paraná - e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.E.M.A. C.S.P. COM SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. APRECIAR NESTE TURNO

EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

## ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 374/00, de autoria do deputado Nelson Garcia, que dispõe sobre a extinção de débitos fiscais mediante compensação, nos casos que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F. COM EMENDAS DE PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL À EMENDA Nº 01 E CONTRÁRIA À EMENDA Nº 02. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

## ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 188/00 de autoria do deputado Orlando Pessuti, que concede o título de Cidadã Benemérita do Estado do Paraná a senhora Ivete Terezinha Mion Badaczny. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 249/00, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Precivel - Previdência Privada da Celepar, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 259/00, de autoria do Tribunal de Justiça, que cria cargos na estrutura do quadro de servidores do Poder Judiciário vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 334/00, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação de Rádio Comunitária Jerusalém - AERCOJ, com sede e foro na cidade de Diamante do Norte. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 362/00, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Comunidade de Quatro Pinheiros de Mandirituba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**  
Emenda - **Aprovada.**

## ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 368/00, de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade

Pública a Associação Ecológica Ambiental “A Missão”, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 398/00, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 029/00, que altera Lei Complementar nº 01, de 02 de agosto de 1972 (Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 168, de 27.11.2000 -Mens.)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 398/2000

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, que altera a redação da Lei Complementar nº 1 de 02 de agosto de 1972 (Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais).

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 28.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ALGACI TULIO - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 398/2000

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 029/2000, objetiva alterar a redação das alíneas “a” e “f”, do § 6º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 1 de 02 de agosto de 1972 incluídas pela Lei Complementar nº 36, de 30 de março de 1987.

Podemos observar a existência de Parecer Favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta comissão, de acordo com o que preceitua o artigo 33, § 3º do Regimento Interno desta Casa, não encontrou nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação.

Sendo assim, esta comissão opina favoravelmente ao presente plano de lei.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 29.11.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 05/99, de autoria da Comissão Executiva. PARECER DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado.**

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 05/99 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica sustado, nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 54, da Constituição do Estado do Paraná, os autos da Queixa-Crime nº 77.322-0, de Curitiba, oficiado pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em que figura como querelado o deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Parágrafo Único - O presidente do Poder Legislativo dará ciência ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, da presente deliberação, para que determine sua imediata aplicação.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17.05.1999.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

#### TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Curitiba, 05.05.1999.

Nº 541/99 - O.E. (lcb)

Senhor Presidente.

Na qualidade de relator dos autos de Queixa Crime nº 77.322-0, de Curitiba, em que figuram como querelante Cláudio José Antunes e querelados Luiz Carlos Alborghetti e outro, acolhendo a promoção da douta Procuradoria Geral de Justiça, solicito que com a máxima urgência essa augusta Assembléia Legislativa autorize a continuidade do feito, ante o artigo 27, § 1º, combinado com o artigo 53, § 1º, da Constituição Federal.

Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço.

(a) DES. ACCACIO CAMBI  
Relator

#### MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ Gabinete do Procurador-Geral

(Prot. nº 3458/99)

Queixa Crime nº 77.322-0

Querelantes: Cláudio José Antunes

Rogério Costa

Querelados: Luis Carlos Alborghetti

Rosando Saqueli

Relator: Des. Accacio Cambi

#### PRONUNCIAMENTO Nº 000644

Eminente Desembargador-Relator:

Como o querelado Luis Carlos Alborghetti atualmente ocupa uma das cadeiras do Parlamento estadual, manifesto-me seja solicitada autorização da Assembléia Legislativa para o início do processo, ante o contido no artigo 27, § 1º, combinado com o artigo 53, § 1º, da Constituição Federal.

Após, protesto por nova concessão de vista dos autos.

Curitiba, em 23.04.1999.  
(aa) GILBERTO GIACOIA  
Procurador-Geral de Justiça  
MOACIR GONÇALVES NOGUEIRA NETO  
Promotor de Justiça

## ITEM 12

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 07/99, de autoria da Comissão Executiva. PARECER DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado.**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 07/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica sustado, nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 54, da Constituição do Estado do Paraná, os autos do procedimento criminal, oficiado pelo egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em que figura como denunciado o deputado Irineu Mário Colombo.

Parágrafo Único - O presidente do Poder Legislativo dará ciência ao presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, da presente deliberação, para que determine sua imediata aplicação.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 28.05.1999.  
(a) COMISSÃO EXECUTIVA

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO  
Ofício nº 729/99 - SPeS Porto Alegre - RS  
Plenário e Seções Em 15.06.1999.  
Senhor Presidente.

Com meus cordiais cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar-lhe que consulte essa Casa Legislativa sobre a concessão de prévia licença para o processamento criminal de Irineu Colombo, deputado estadual, filho de Geraldo Colombo e de Ulda Colombo, nascido em 22.01.64, denunciado nos autos do inquérito nº 1998.04.01.029085-3, na forma do artigo 53, § 1º c/c o § 1º do artigo 27 da Constituição Federal, de conformidade com a cópia anexa.

Faço oportuno o ensejo para expressar a Vossa Excelência protestos de distinta consideração.

(a) Juiz ÉLCIO PINHEIRO DE CASTRO  
Relator

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA  
4ª REGIÃO

INQUÉRIO POLICIAL Nº 1998.04.01.029085-3

Relator: juiz Jardim de Camargo  
Primeira Seção  
T.R.F. - 4ª Região  
IPL nº 188/97

Eminente Relator:

O Ministério Público Federal, por sua Procuradoria Regional da República infrafirmada, vem, nos autos do Procedimento Criminal epigrafado, oferecer a presente **Denúncia** contra:

MARCOS ROGÉRIO PAGANI, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, filho de Armando Pagani e Olinda Fabro Pagani, natural de Capanema/PR, nascido na data de 25.04.1964, portador da Cédula de Identidade nº 448.313-SSP/MS, residente na Rua Antonina, 191/823, Centro, Francisco Beltrão, PR;

VALTER JOSÉ STEFFEN, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo e prefeito municipal de Capanema/PR, filho de José Alfonso Steffen e Emilia Acela Steffen, natural de Capanema/PR, nascido na data de 12.04.1958, portador da Cédula de Identidade nº 1.263.147-2-SSP/PR, residente na Rua Parigot de Souza, s/nº, Capanema/PR;

CARLOS CARBONI, brasileiro, casado, agricultor e vice-prefeito de Capanema/PR, filho de Severino Carboni e Terezinha Favareto Carboni, natural de Capanema/PR, nascido na data de 14.08.1965, portador da Cédula de Identidade nº 3.320.839-1-SSP/PR, residente na Rua Parigot de Souza, nº 446, Capanema/PR;

IRINEU COLOMBO, brasileiro, divorciado, professor e deputado estadual, filho de Geraldo Colombo e Ulda Colombo, natural de Medianeira/PR, nascido na data de 22.01.1964, residente na Rua Pernambuco, nº 1034, Medianeira/PR;

NILVO ANTÔNIO PERLIN, brasileiro, casado, agricultor e prefeito municipal de Serranópolis do Iguçu/PR, filho de Ernesto Perlin e Irma Caglioni, natural de Descanso/SC, nascido na data de 09.09.1960, portador da Cédula de Identidade nº 50254479949-SSP/RS, residente na Rua Marechal Artur da Costa e Silva, s/nº, Jardinópolis, Serranópolis do Iguçu/PR;

LUIZ IOSHIO SUZUKI, brasileiro, casado, professor e prefeito municipal de Medianeira/PR, filho de Kunio Suzuki e Shinguei Suzuki, nascido na data de 13.10.1950, portador da Cédula de Identidade nº 1.377.134.0-SSP/PR, residente na Rua Piauí, nº 2170, Cidade Alta, Medianeira/PR;

LACI DIONISIO GIEHL, brasileiro, prefeito municipal de Missal/PR;

ANA MARIA CARLESSI, prefeita municipal de Santa Teresinha de Itaipu, pela prática do seguinte

### Fato Delituoso

Os denunciados acima nominados, na data de 08 de maio de 1997, participaram da invasão do Parque Nacional do Iguçu, criado pelo Decreto Lei nº 1.035, de 10 de janeiro de 1939, com a extensão determinada pelo Decreto nº 86.676, de 1º de dezembro de 1981, com a

intenção de ocupá-lo, onde, após fixarem acampamento, permaneceram até manifestação realizada em 13 de maio de 1997.

Originalmente, o Ministério Público Federal ingressou com a Ação Civil Pública visando o fechamento do caminho que cruza o Parque Nacional do Iguaçu, por comprometer a preservação do ecossistema e da monitoração ambiental da área.

A liminar pleiteada foi deferida, objetivando impedir a continuação da ofensa ao meio ambiente da região, e principalmente, pela manutenção da primitividade natural.

Ocorre que a referida estrada, denominada como Estrada do Colono, é tida pelos municípios lindeiros ao Parque como essencial para o desenvolvimento econômico local.

Em razão disso, iniciou-se um movimento pró-reabertura da estrada, liberado pelos prefeitos municipais de Capanema, Serranópolis, autoridades políticas estaduais e associações comunitárias.

Como fito de viabilizar o projeto de reabertura da estrada, a Associação Comunitária de Integração Pró-Estrada do Colono, Aipopec, liderada pelo denunciado Marcos Pagani, prefeitos municipais da região e o deputado estadual Irineu Colombo, promoveram reunião para definição de um movimento programado para o dia 13 de maio de 1997 destinado a sensibilizar o Poder Judiciário sobre os prejuízos causados pelo fechamento da estrada e, por consequência, na cassação da liminar mencionada.

No entanto, no dia 08 de maio de 1997, cerca de mil pessoas invadiram o Parque nacional do Iguaçu com o propósito de reiniciar a estrada, roçando parte do trecho interditado, continuando com tais atos nos dias subsequentes. Para isso, acompanharam dentro dos limites territoriais do Parque, instalando diversas barracas, as quais dispunham de excelentes condições de acomodação, tendo, inclusive, computadores, fax, telefone, etc.

Além disso, para facilitar a referida invasão, os prefeitos municipais decretaram ponto facultativo nos municípios, além de colocarem à disposição dos manifestantes locomoção gratuita para o local da manifestação.

O Chefe do Parque, conforme consta do ofício nº 069/97 (fl.55) denomina como responsáveis pela invasão a Associação de Integração Comunitária Pró-Estrada do Colono, Aipopec, Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, Amop, Associação das Câmaras Municipais do Oeste do Paraná, Acamop, Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná, Amsop, Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná, Acamsop, Coordenadoria da Associação Comercial do Oeste do Paraná, Caciopar, Coordenadoria das Associações Comerciais e

Industriais do Sudoeste do Paraná, Caciaspar, Prefeitura Municipal de Capanema e Prefeitura Municipal de Serranópolis.

Constata-se, ainda, que os municípios de Capanema, Medianeira, Missal, Santa Terezinha de Itaipu e Serranópolis do Iguaçu contribuíram com verbas públicas e equipamentos para a invasão do Parque Nacional do Iguaçu e reabertura da Estrada do Colono, conforme se demonstra no quadro abaixo e das informações contidas no Relatório de Auditoria nº 0781/97, do Tribunal de Contas do Paraná, em anexo:

MUNICÍPIO	PREFEITO	Gastos c/ a Reabertura em Reais
Capanema	Valter José Steffen	11.019,08
Medianeira	Luiz Yoshio Suzuki	4.842,84
Missal	Laci Deonísio Giehl	6.699,80
Santa Terezinha de Itaipu	Ana Maria Carlessi	3.078,10
Serranópolis do Iguaçu	Nilvo Antonio Perlin	62.972,53
<b>TOTAL</b>		<b>88.612,35</b>

A autoria e a materialidade restam absolutamente demonstradas nos documentos e depoimentos juntados ao presente instrumento, em especial as fotos que integram o Relatório de Missão nº 017/97 (apenso - volume I), estudo sobre o impacto causado ao meio ambiente pela invasão e reabertura da estrada (apenso - volume II) e o Relatório de Auditoria nº 0781/97.

Assim agindo, os denunciados incorreram nas sanções do artigo 20 da Lei nº 4947, de 06 de abril de 1966 c/c o artigo 29 do Código Penal, sujeitando-se as sanções lá descritas.

Isto posto, o Ministério Público Federal requer, após o recebimento e autuação da presente denúncia, a notificação dos denunciados para defesa preliminar, citação para interrogatório e demais atos processuais na forma da Lei nº 8.038/90, sob pena de revelia, até sentença final condenatória nas sanções inerentes aos dispositivos penais infringidos e acima tipificados, intimando-se as testemunhas adiante arroladas para serem inquiridas em juízo.

Requer, ainda seja oficiada à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para que autorize o processamento criminal do denunciado Irineu Colombo.

Por derradeiro, requer a atualização dos antecedentes criminais dos denunciados junto às justiças federal e estadual, bem como a juntada do relatório de auditoria nº 0781/97, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e demais documentos acompanhantes, todos em anexo.

**Rol de Testemunhas**

1 - JÚLIO CESAR GONCHOROSKY, brasileiro, casado, oceanógrafo, chefe do Parque Nacional do Iguaçu, residente na Avenida das Cataratas, Km 20, Foz do Iguaçu/PR (fl.307);

2 - JOEL NAZARENO IURK, brasileiro, casado, engenheiro civil, superintendente do Ibama no Paraná;

3 - WALTER ROBERTO SANTI CORREA, agente de atividades agropecuárias, matrícula nº 0141651, lotado e em exercício na Superintendência do Paraná, Posto de Fiscalização de Cascavel/Ibama;

4 - JORGE LUIZ PEGORARO, pesquisador de ciências exatas e da natureza, lotado e em exercício na Superintendência do Paraná, Posto de Fiscalização de Cascavel/Ibama;

5 - CELSO FRANCA MERELIM, agente de defesa ambiental, matrícula nº 0093225, lotado e em exercício na Superintendência do Paraná, Posto de Fiscalização de Cascavel/Ibama;

Pede deferimento.

Porto Alegre/RS, em 18.05.1999.

(a) ANDREA HENRIQUE SZILARD  
Procuradora Regional da República

### ITEM 13

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 10/99, de autoria da Comissão Executiva. PARECER DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado.**

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 10/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica sustado, nos termos do disposto no inciso VI, do artigo 54, da Constituição do Estado do Paraná, os autos de Denúncia-Crime nº 24/99 - Classe 14ª, oficiado pelo egrégio Tribunal Regional Eleitoral, em que figura como denunciado o deputado Geraldo Cartário.

Parágrafo Único - O presidente do Poder Legislativo dará ciência ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral, da presente deliberação, para que determine sua imediata aplicação.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 13.09.99.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL  
DO PARANÁ

Of. nº 4033  
CPr/99

Curitiba, 12.08.1999.

Senhor Presidente.

De ordem do Excelentíssimo senhor doutor Valter Ressel, d. relator dos autos de Denúncia-Crime nº 24/99 - Classe 14ª, em que é denunciante Ministério Público Eleitoral e denunciado Geraldo Cartário Ribeiro, solicito a Vossa Excelência, nos termos do artigo 53, § 1º, Constituição Federal, licença dessa Casa Legislativa para prosseguimento do referido feito.

Atenciosamente,

(a) IVAN GRADOWSKI  
Diretor-Geral

Excelentíssimo senhor

Anibal Khury

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Nesta Capital

Of. nº 4246

CPr/99

Curitiba, 26.08.1999.

Senhor Presidente.

Em atenção ao Of. GP 152/99 (Prot. TRE 8767/99), cumpre-me encaminhar a V.Sa., cópia da denúncia nº 24/99 Cl. 14ª, em que é denunciado o deputado Geraldo Cartário Ribeiro.

Atenciosamente,

(a) IVAN GRADOWSKI  
Diretor-Geral

Excelentíssimo Senhor

Anibal Khury

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Nesta Capital

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO"  
Gabinete da Presidência

Of. GP nº 152/99

Curitiba, 16.08.1999.

Senhor Diretor-Geral.

Com o presente, acusando o recebimento do Ofício nº 4033 - CPr/99, oriundo dos Autos de Denúncia Crime nº 24/99 - Classe 14ª, em que é denunciado o deputado Geraldo Cartário Ribeiro, solicitamos seja encaminhado a esta Casa de Leis, cópia da referida denúncia, para darmos prosseguimento ao solicitado.

Na oportunidade, renovamos protestos de consideração e apreço.

(a) Deputado ANIBAL KHURY  
Presidente

Ilustríssimo senhor

Ivan Gradowski

Mui digno diretor-geral do

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

N/Capital

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PTOCURADORIA REGIONAL ELEITORAL  
NO PARANÁ

Excelentíssimo senhor desembargador presidente do egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

O Ministério Público Eleitoral, no uso de suas atribuições constitucionais, através de seu representante *in fine*, vem perante Vossa Excelência, oferecer denúncia contra Geraldo Cartário Ribeiro, brasileiro, casado, atualmente cumprindo mandato eletivo como deputado estadual pelo PFL sob nº 25.190, residente e domiciliado na Rua Visconde de Guarapuava, nº 4977 - ap. 1901 - Batel, na cidade de Curitiba/PR, em razão da prática do fato delituoso abaixo arrolado:

*No dia 30 de setembro de 1998 foram distribuídos, nos limites do município de Fazenda Rio Grande, panfletos contendo a foto do denunciado, então candidato a deputado estadual pelo PFL, nos quais justificava a não possibilidade de realização de um comício por ter sido “violentamente” impedido pelo prefeito municipal. Através dos referidos folhetos, o acusado não apenas justificou a não ocorrência do pretendido comício, como em vários momentos claramente difamou a pessoa do senhor Celso Luiz Soares Rocha, prefeito do município, imputando-lhe fatos ofensivos à sua reputação, mencionando expressões como: “...e para nos prejudicar, o Rocha não mede esforços nem com dinheiro da Prefeitura”. Para tal conduta, portanto, o denunciado fez uso de propaganda de caráter eminentemente eleitoral, vez que os fins pretendidos abrangiam a vitória nas urnas em 1998. Em outra oportunidade, outros panfletos foram distribuídos nos limites do município de Mandirituba, com expressões diferenciadas, porém com finalidades idênticas: comunicação aos populares da intenção do denunciado à Casa Legislativa, bem como ofensa à reputação do prefeito do município, senhor Luiz Carlos Chimin Claudino, utilizando-se das mesmas alegações dantes expostas, para remeter-lhe palavras de caráter difamatório, como por exemplo: “...o prefeito pensa e toma atitudes truculentas para impedir que eu fale diretamente com os meus amigos e amigas de Mandirituba”.*

Com tal proceder, o denunciado incorreu, em concurso material, no delito descrito no artigo 325, com a agravante dos incisos II e III do artigo 327 do Código Eleitoral (Lei nº 4737, de 15/07/1965), razão pela qual requer o Ministério Público Eleitoral que seja notificado o acusado para oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias, após o que espera seja recebida a presente denúncia, prosseguindo o feito segundo os trâmites da Lei nº 8038, de 28/05/1990, aplicável por força da Lei nº 8658, de 26/05/1993, tudo para, ao final, ser o réu condenado à pena

cominada ao delito praticado, com os acréscimos decorrentes da agravante e do concurso.

Considerando ainda, que o denunciado é detentor de mandato popular de deputado estadual, requer-se seja oficiado ao presidente de Assembléia Legislativa, a fim de que conceda licença daquela Casa para o processamento da ação, nos termos do § 1º do artigo 27, c/c artigo 53, § 1º da Constituição Federal.

Nestes termos pede deferimento.

Curitiba, 19 de julho de 1999.

(a) LUIS SERGIO LANGOWSKI  
Procurador Regional Eleitoral

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2343, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2344, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2346, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2348 a 2352, de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2353 e 2354, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2347, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se, na forma regimental.

Esta Presidência comunica que envidará todos os esforços, deputado Nereu, para que o requerimento de Vossa Excelência e para que esta Casa tenha a resposta deste requerimento solicitando informações do pedido a respeito do secretário de Meio Ambiente.

Antes de encerrar a presente sessão, em meu nome e em nome da presidente da Apasde, Nilva Justus, quero agradecer a todos os deputados, especialmente aos 39 deputados que se fizeram presentes no jantar de ontem, com suas esposas e a todos os funcionários da Casa que colaboraram com o nosso encontro anual. Em nome da Nilva e de toda a diretoria da Apasde, o nosso muito obrigado.

Oficiosamente, já que aprovamos hoje e devemos promulgar até segunda-feira, se conseguirmos publicar o projeto que permite a eleição para o dia 5, faremos dia 5, se tivermos tempo de publicá-lo, caso contrário, faremos dia 6. Apenas oficiosamente, porque só poderia fazer oficialmente se conseguirmos publicar no Diário Oficial. Se

conseguirmos, faremos dia 5, se não, faremos dia 6. Acho que nada será prejudicado, um dia a mais, um dia a menos, os candidatos não precisam ficar tão aflitos assim.

Quero aproveitar a oportunidade também para dar as boas-vindas ao nosso futuro deputado, representante de São Miguel do Iguaçu. Seja bem-vindo à nossa Casa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

**REDAÇÃO FINAL** - dos Projetos de Lei nºs 226, 322 e 344/2000.

3½ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 362/2000.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 398/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 120, 193 e 307/2000.

Levanta-se a sessão.

## Atas de Comissão:

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA 22ª ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de novembro de dois mil, reuniu-se na sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Algaci Tulio, Duílio Genari, Hermes Fonseca, Plauto Miró, Pastor Edson Praczyk, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Durval Amaral, Antonio Carlos Belinati, Serafina Carrilho e mais os deputados Irineu Colombo, Marcos Isfer e Luiz Carlos Zuk. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 374/2000 de autoria do deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró. APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 325/2000 de autoria do deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio, sugerindo seu encaminhamento à Comissão de Meio Ambiente. APROVADO, com voto contrário dos deputados Nereu Moura, Irineu Colombo e Waldyr Pugliesi; 03) Projeto de Lei nº 259/2000 de autoria do Tribunal de Justiça. Concedido vistas ao deputado Durval Amaral; 04) Projeto de Lei nº 368/2000 de autoria do

deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho. APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 086/2000 de autoria do deputado Moysés Leônidas. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho. APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 363/2000 de autoria do deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho. APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 371/2000 de autoria do deputado Valdir Rossoni e outros. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho. APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 474/97 de autoria do deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nereu Moura. APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 340/2000 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nereu Moura, acatando Emenda oferecida pelo deputado Durval Amaral. APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 335/2000 de autoria do deputado Ademir Bier. Concedido vistas ao deputado Durval Amaral; 11) Projeto de Lei nº 297/2000 de autoria do deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do deputado Hermes Fonseca na forma da Emenda anexa. APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 150/2000 de autoria do deputado Geraldo cartário. Concedido vistas aos deputados Durval Amaral e Marcos Isfer; 13) Projeto de Lei nº 218/2000 de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Hermes Fonseca na forma de Emenda anexa. APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 366/2000 de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do deputado Waldyr Pugliesi. APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 345/2000 de autoria do deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari. APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 088/2000 de autoria do deputado Moysés Leônidas. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari na forma da Emenda anexa. APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 362/2000 de autoria do deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari na forma da Emenda anexa. APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 334/2000 de autoria do deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari. APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 369/2000 de autoria do deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA 10ª ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil, reuniu-se na sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do senhor

deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Serafina Carrilho, Algaci Tulio, Duílio Genari, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Waldyr Pugliesi e mais os deputados Marcos Isfer, Antonio Baratter e Edgar Bueno. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 322/2000 de autoria do deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio. APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 384/2000 de autoria do deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio. APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 380/2000 de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Baratter. APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 249/2000 de autoria do deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Baratter. APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 246/2000 de autoria do deputado Antonio Baratter. Parecer FAVORÁVEL do deputado Pastor Edson Praczyk na forma da Emenda anexa. APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 361/2000 de autoria do deputado Ricardo Maia. Parecer

FAVORÁVEL do deputado Pastor Edson Praczyk. APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 344/2000 de autoria do deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do deputado Waldyr Pugliesi. APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 278/2000 de autoria do deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nereu Moura. APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 248/2000 de autoria do deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nereu Moura. APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 385/2000 de autoria do deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer. APROVADO; 11) Decreto Legislativo nº 014/2000 de autoria do deputado Nereu Moura. Concedido vistas ao deputado Algaci Tulio. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária